

# **ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

*Alexandre Costa Quintana<sup>1</sup>  
Aline Selau Dall Igna<sup>2</sup>*

## **Resumo:**

O objetivo é realizar uma análise comparativa dos gastos públicos das Universidades Federais da Região Sul, no período de 2001 a 2003, verificando se as variações ocorridas relacionam-se com as variações no número de alunos matriculados em cada instituição. Além disso, o trabalho estabelece a definição de Administração e Universidade Pública, conceitua despesas correntes e de capital. A pesquisa é descritiva, com abordagem quantitativa, e a coleta de dados teve como fonte o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – que organiza e mantém o sistema de informações e estatísticas educacionais, através do Censo de Educação do Ensino Superior e a CGU – Controladoria Geral da União – que tem poder sobre o controle interno público e à auditoria pública, dispendo então dos balanços oficiais das Universidades Federais, contendo todos os gastos públicos. Na análise de dados, percebe-se que todas as Universidades Federais obtiveram maior crescimento nos gastos, comparando-se com as matrículas. Assim, conclui-se que a variação no número de alunos matriculados não interfere na mesma proporção na variação dos gastos das Universidades.

Palavras-chaves: Universidades Federais, administração pública, matrícula.

## **ANALYSIS OF THE PUBLIC SPENDING OF THE FEDERAL UNIVERSITIES OF THE SOUTH REGION OF BRAZIL**

## **Abstract:**

The objective is to carry through a comparative analysis of the public spending of the Federal Universities of the South Region, in the period of 2001 the 2003, verifying if the occurred variations become related with the variations in the number of pupils registered each institution. Moreover, the project establishes the definition of Public Management and Public University, appraises current expenses and of capital. The research is descriptive, with quantitative boarding, and the collection of data had as source the INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - that it organizes and keep the educational system of information and statisticians, through the Census of Education of superior teaching and the CGU - Controladoria Geral da União - that has to be able on the public internal control and to the public auditorship,

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis, Especialista em Gerência Contábil e Auditoria, Mestre em Administração pela UFSC e Professor do Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da FURG. E-mail ; [quintana@vetorial.net](mailto:quintana@vetorial.net)

<sup>2</sup> Acadêmica do 6º semestre do Curso de Ciências Contábeis da FURG. E-mail: [alinesdi@gmail.com](mailto:alinesdi@gmail.com)

making use then of the official rockings of the Federal Universities, I contend all the public spending. In the analysis of data, it is perceived that all the Federal Universities had gotten greater growth in the spending, comparing itself with the school registrations. Thus, one concludes that the variation in the number of registered pupils does not intervene with the same ratio in the variation of the spending of the Universities.

**Key Words:** Federal universities, public management, school registration.

## 1 INTRODUÇÃO

As entidades públicas dependem do orçamento para realização de seus gastos, assim a análise de suas despesas constitui-se em fator fundamental na gestão pública. As Universidades Federais, em função de sua característica, principal, que é o ensino, também sofrem influência de vários fatores para realizar seus gastos.

Esse trabalho faz uma análise dos gastos públicos das Universidades Federais da Região Sul, tentando buscar alguma relação desses gastos com o número de alunos matriculados. São elas:

- UFPR – Universidade Federal do Paraná: é a mais antiga universidade do Brasil e símbolo de Curitiba. Envoltas por uma história de muitas conquistas, desde 1912 a UFPR é referência no ensino superior para o Estado e para o Brasil. Demonstra sua importância e excelência através dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além de suas áreas de extensão e pesquisa. ([www.ufpr.br](http://www.ufpr.br))

- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; sua sede é em Florianópolis – SC. Tem por finalidade "produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida". ([www.ufsc.br](http://www.ufsc.br))

- UFPEL – Universidade Federal de Pelotas: foi criada pelo Decreto-Lei nº 750, de 08 de agosto de 1969 e teve seu estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969. É uma fundação de direito público, e tem a sua sede no município de Pelotas – RS. ([www.ufpel.tche.br](http://www.ufpel.tche.br))

- FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande: segundo o seu Estatuto, aprovado em 21/12/1998, a FURG, com sede no Município do Rio Grande – RS, é uma entidade educacional de natureza fundacional pública, integrante da Administração Federal Indireta, destinada à promoção do ensino superior e médio de educação profissional, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. ([www.furg.br](http://www.furg.br))

- UFSM – Universidade Federal de Santa Maria: foi criada pela Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria, instalada solenemente em 18 de março de 1961. A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior, constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. A atual estrutura é determinada pelo Estatuto da Universidade, aprovado pela Portaria Ministerial n. 801, de 27 de abril de 2001, e publicado no Diário Oficial da União em 30 de abril do mesmo ano. Sua sede é no município de Santa Maria-RS. ([www.ufsm.br](http://www.ufsm.br))

- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: com sede em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, é uma instituição centenária, reconhecida nacional e internacionalmente. Ministra cursos em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação. ([www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br))

O objetivo geral, desse trabalho, é realizar uma análise comparativa dos gastos públicos das Universidades Federais da Região Sul, no período de 2001 a 2003, verificando se as variações ocorridas relacionam-se com as variações no número de alunos matriculados em cada instituição. Para atingir o objetivo proposto foi elaborada a seguinte pergunta de pesquisa:

Existe relação entre o número de aluno matriculado e a variação no gasto público total?

As formas de financiamento das Universidades Federais geram freqüentes discussões, pois para manutenção de suas atividades são comprometidos gastos além da expectativa de financiamento, gerando a necessidade de suprir as despesas com os chamados recursos próprios. Assim, é justificável a possibilidade de analisar os motivos das variações nas despesas das Universidades Federais, pois se existe uma variação, é importante verificar sua origem.

## 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As teorias administrativas servem para direcionar os procedimentos operacionais das entidades privadas e públicas. Chiavenato (2003, p.11) define que “a Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais.”

Segundo Kohama (1991, p.28) “é através do conjunto de órgãos, convencionalmente chamados Administração, que o Estado pratica a gestão de atividades que lhe são próprias, por corresponderem a interesse público”, assim prestando serviço ao cidadão.

A administração pública envolve o serviço público, que para Pietro (1994, p.54) “é toda atividade que a administração pública executa, direta ou indiretamente, para satisfazer a necessidade coletiva.” E Meirelles (apud Kohama, 1991, p.27) acrescenta que a administração pública atende a coletividade através do “aparelhamento do Estado, preordenando à realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas”.

A administração das entidades governamentais, em face ao exposto no Decreto-lei nº 200, de 25-02-67 agrupa-se em dois tipos:

a) a Administração Direta, que envolve a estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, ou seja, como define Kohama (1991, p.33) “é aquela que se encontra integrada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo”;

b) a Administração Indireta, que reúne as entidades dotadas de personalidade jurídica própria e organizadas sob a forma de Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. De acordo com Kohama (1991, p.33), a Administração Indireta “é aquela atividade administrativa, caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do Estado, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada.”

Desta forma, pode-se afirmar que a Administração Pública é a atividade do Estado que tenta satisfazer as necessidades da comunidade, e em especial na relação da Universidade Pública com a coletividade.

### 3 UNIVERSIDADE PÚBLICA

A educação é um importante instrumento de progresso econômico, por isso Rezende (2001, p.59) afirma que “a obrigatoriedade do ensino, prevista na Constituição, é uma forma de forçar o reconhecimento público da importância da educação e evitar que interesses mais imediatistas e/ou uma incorreta percepção de prioridades comprometa a canalização de recursos governamentais”, prejudicando um padrão educacional desejável para a população.

O conceito de Universidade, de acordo com Domingues et al (2003, p.65) “está fortemente centrado sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão”, sendo o ensino, a transmissão do saber, a pesquisa a maneira crítica de se comportar em relação a comunidade científica, e a extensão é a via de mão dupla, em que existe uma troca entre a Universidade e a comunidade.

Tavares Filho & Bernardes (2004) complementam definindo que a universidade é uma instituição que tem como matéria prima o conhecimento e existe para servir a sociedade e contribuir para o seu desenvolvimento objetivando a formação de profissionais qualificados.

Simão (2004) afirma que no “Brasil o objetivo histórico da Universidade Pública visa o avanço das ciências por meio da preparação de profissionais de nível superior, tendo seu caminho marcado pela proliferação em quantidades, o que não proporciona um sistema qualitativo que supra a propagação dos problemas existentes atualmente.”

A Universidade Pública é um órgão público e segundo Gasparini (2001, p.45) “os órgãos públicos são centros de competência do Estado. Se reunidos sob critério da hierarquia,(...) por conseguinte, entre seus titulares, compõem a estrutura da administração Pública e, se somadas suas atribuições, constituem a totalidade das competências do Estado.”

### 4 CONTABILIDADE PÚBLICA

É importante falar sobre a contabilidade pública, pois os gastos públicos, que são mencionados nessa pesquisa são componentes da contabilidade

pública. Sua atividade na Administração Pública serve como “centro do controle interno”. (Angélico, 1992, p.115).

A contabilidade pública é uma área fundamental na gestão dos recursos públicos, sendo regulamentada por diversos preceitos legais, mas as duas principais normas que interferem diretamente no registro contábil são: a Lei 4.320 de 1964, é a Lei das finanças públicas, ela constitui-se na mais importante norma financeira do setor público, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000), que trouxe mais visibilidade da gestão dos recursos públicos em toda a sociedade.

A contabilidade pública, segundo Angélico (1992, p.113), “registra a previsão das receitas, a fixação das despesas e as alterações introduzidas no orçamento.”

De acordo com Kohama (1991, p.46) a contabilidade pública tem por objetivo “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estado, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias”. Utiliza-se de quatro sistemas para sua escrituração: Sistema Orçamentário, Sistema Financeiro, Sistema Patrimonial e Sistema de Compensação.

- *Sistema Orçamentário*: Nele se registram a receita prevista e as autorizações legais da despesa constantes da Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, assim como a execução do orçamento, demonstrando a despesa fixada e a executada no exercício, e comparando a receita prevista com a arrecadada (ARAÚJO & ARRUDA, 2006). No final do exercício apresenta os resultados comparativos entre a previsão e a execução orçamentária, registrados. (KOHAMA, 1991).
- *Sistema Financeiro*: São registradas as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, como o pagamento de uma dívida ou o recebimento de um direito, ambos de curto prazo. É a conta bancos que movimenta as entradas e saídas de numerário. (ARAÚJO & ARRUDA, 2006).
- *Sistema Patrimonial*: Registra os bens patrimoniais do Estado, os direitos e as obrigações suscetíveis de serem classificados como de longo prazo ou permanentes, as variações patrimoniais provocadas pela execução do

orçamento (receitas e despesas) ou que tenham outras origens. (ARAÚJO & ARRUDA, 2006).

- *Sistema de Compensação*: Registra e movimenta as contas representativas de direitos e obrigações, geralmente decorrentes de contratos, convênios ou ajustes. (KOHAMA, 1991).

De acordo com Rezende (2001, p.67) os gastos públicos podem ser classificados sob três pontos principais:

- a) da finalidade do gasto;
- b) da natureza do dispêndio; e
- c) do agente encarregado da execução do gasto.

Na contabilidade pública são identificados os gastos públicos, segundo Araújo & Arruda (2006, p110) a despesa pública pode ser definida como “o gasto ou o compromisso de gasto dos recursos governamentais, devidamente autorizados pelo poder competente, com o objetivo de atender às necessidades de interesse coletivo”. Pode-se dizer então que a despesa pública é a soma das Despesas Correntes mais as Despesas de Capital.

*Despesas Correntes*: São as despesas comuns, ou seja, todas realizadas pela administração pública para a operação e manutenção de seus órgãos (ALOE, 1979). São os gastos de natureza operacional, que se preocupam com o funcionamento dos órgãos governamentais (ARAÚJO & ARRUDA, 2006). Exemplo: Aquisição de material para as diversas repartições, Juros da dívida pública, Despesas com reparos, Salários, Gratificações, Refeições, Transporte, etc.

Kohama (2000) esclarece que a despesa corrente para atingir seus objetivos, é classificada em: despesas de custeio e transferências correntes. As primeiras têm destinação específica, sendo necessárias para a manutenção operacional dos órgãos públicos, inclusive sendo destinada a atender a obras de conservação e adaptação de imóveis. Já as transferências correntes correspondem a dotações para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

*Despesas de Capital*: São todas as despesas realizadas pela administração pública para a aquisição de novos bens de capital, ou seja, investimentos, estruturas físicas e bens patrimoniais. Além de poder criar novos bens de capital, pode-se adquirir bens de capital já em uso, que constituirão

incorporações ao patrimônio líquido de forma efetiva ou através de mutação patrimonial (KOHAMA, 1991). Esses bens constituirão, em última análise, incorporações ao patrimônio público de forma efetiva ou por meio de mutação patrimonial ou formará bens de uso comum (ARAÚJO & ARRUDA, 2006). Exemplo: Despesas com construção de prédios, Despesas com operações imobiliárias, amortizações, planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e etc.

Kohama (2000) descreve que as despesas de capital são classificadas em: investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. Os investimentos, conforme o art. 12, § 4º, da lei 4.320/64, representa as dotações para o planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. As inversões financeiras destinam-se as aquisições de bens móveis ou imóveis, já em utilização. E as transferências de capital representam as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar.

## 5 METODOLOGIA

A metodologia visa analisar as características dos vários métodos disponíveis de técnicas de pesquisa. Gil (1994, p.27) define o método como “caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

Segundo Lakatos & Marconi (1990, p.19) os principais aspectos que a pesquisa descritiva aborda são “descrição, registro, análise e interpretação de fatos” e também afirmam que a principal finalidade da pesquisa descritiva (1990, p.76) “é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.” Baseado nesse conceito pode-se afirmar que esse trabalho utiliza a

Pesquisa Descritiva, pois a mesma expõe características de um determinado assunto e estabelece relações entre variáveis.

Quanto à forma de abordagem é uma pesquisa quantitativa. Richardson (1999, p.29) define que “o método quantitativo, caracteriza-se pelo emprego de quantificação (...), representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.”

A coleta de dados da pesquisa é efetuada por grupos de dados, para Lakatos & Marconi (1990, p.30) é uma etapa importante “em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos.” Nesse caso são as tabelas que evidenciam os gastos públicos das Universidades Federais da Região Sul, esses dados são observados, analisados e interpretados.

Depois da coleta de dados o próximo passo é a análise e interpretação de dados. Estes dois processos estão relacionados e de acordo com Gil (2000, p.150) “a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

Para Barros & Lehfeld (1990, p. 62) a “interpretação está ligada à análise. A análise se caracteriza pela decomposição dos dados objetos de pesquisa. A interpretação seria a capacidade de se voltar à síntese sobre os dados” afirma ainda que “A interpretação conduz à definição de conceitos explicativos sobre o problema enfocado.”

## 6 RESULTADOS

A pesquisa teve como fonte o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – através do Censo de Educação do Ensino Superior e a CGU – Controladoria Geral da União. Faz a correlação entre os Gastos Públicos das Universidades Federais da Região Sul de 2001 a 2003.

O Gráfico 1 apresenta os Gastos Públicos das Universidades Federais da Região Sul de 2001 a 2003.

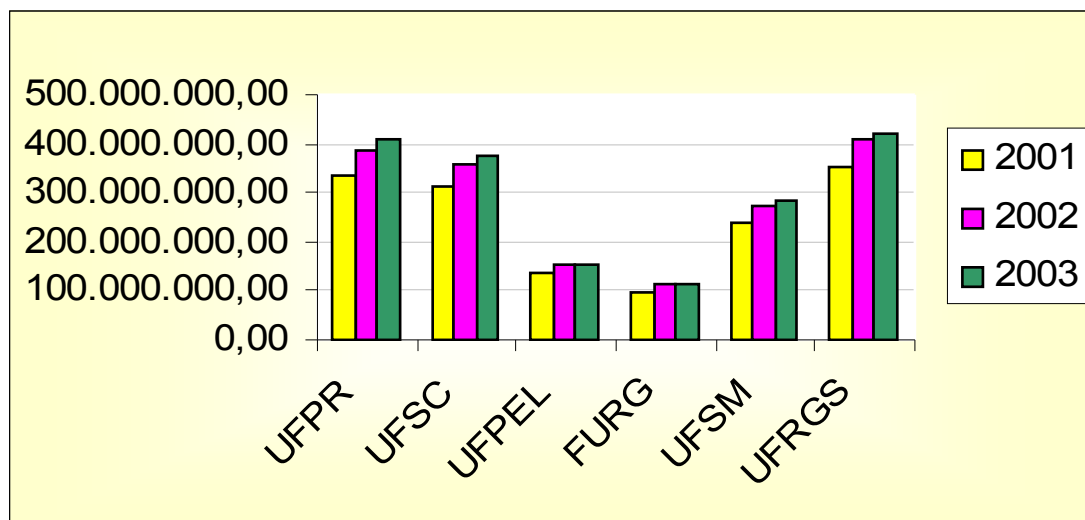


Gráfico 1 – Total de Gastos Públicos - Universidades Federais da Região Sul (R\$)

Fonte: Controladoria Geral da União. Balanço Geral da União. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br>> Acesso em 20 jul 2006.

Analisando o Gráfico 1, perceber-se que a maioria das instituições atingiu maior gasto em 2003, em relação a 2001, ou seja, as despesas tiveram crescimento ao longo do período.

Embora a maior variação tenha ocorrido entre os anos de 2001 e 2002. A Universidade que teve maior gasto foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (R\$ 420.360.419,87), mas isso, provavelmente, deve-se ao fato de que é a instituição de maior porte, entre as pesquisadas, abrangendo mais acadêmicos e possuindo maior infra-estrutura, por conseqüência, gerando mais gastos. No entanto, em termos de crescimento percentual dos gastos entre 2001 e 2003, a Universidade Federal de Santa Catarina foi a instituição que mais aumentou a despesa com 21,7%.

Abaixo, a Tabela 1 mostra o número de alunos matriculados ao longo dos anos de 2001 a 2003.

INSTITUIÇÕES FEDERAIS	2001	2002	2003
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	15.060	17.71	18.858
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA	16.325	16.63	17.491
FUND UNIVERSIDADE FEDERAL DE	7.319	7.168	7.202
FUND UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO	5.629	5.727	5.714
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA	11.110	11.138	11.057
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO	19.045	17.599	20.344

### Tabela 1 – Alunos Matriculados na Graduação - Universidades Federais da Região Sul

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 30 jun 2006.

Analisando a Tabela 1, percebe-se que o número de alunos matriculados na graduação sofre algumas variações, na maioria das Universidades Federais. As matrículas tiveram pouca variação em 2002, inclusive diminuíram na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Pelotas.

O ano de 2003 demonstrou um crescimento significativo na UFRGS, em relação a 2002. Essa variação pode ser um dos motivos do crescimento de seus gastos ao longo do período pesquisado. Nas demais Universidades Federais houve um crescimento estabilizado, sendo a Fundação Universidade Federal do Rio Grande a única apresentar um pequeno decréscimo comparado com 2002.

Tratando os dados de forma percentual, constata-se que o maior crescimento ocorreu na Universidade Federal do Paraná, que aumentou de 2001 para 2003, em 25,2% o número de alunos matriculados na graduação.

É importante destacar que a escolha do indicador alunos matriculados na “graduação”, deve-se ao fato de que a graduação é a atividade básica das instituições de ensino superior, ou seja, se não houver alunos na graduação não existem as Universidades, mesmo sabendo-se que as atividades de extensão, pesquisa e pós-graduação geram uma série de custos para as instituições.

A seguir o Gráfico 2, mostra os Gastos Públicos por alunos matriculados dos anos de 2001 a 2003.

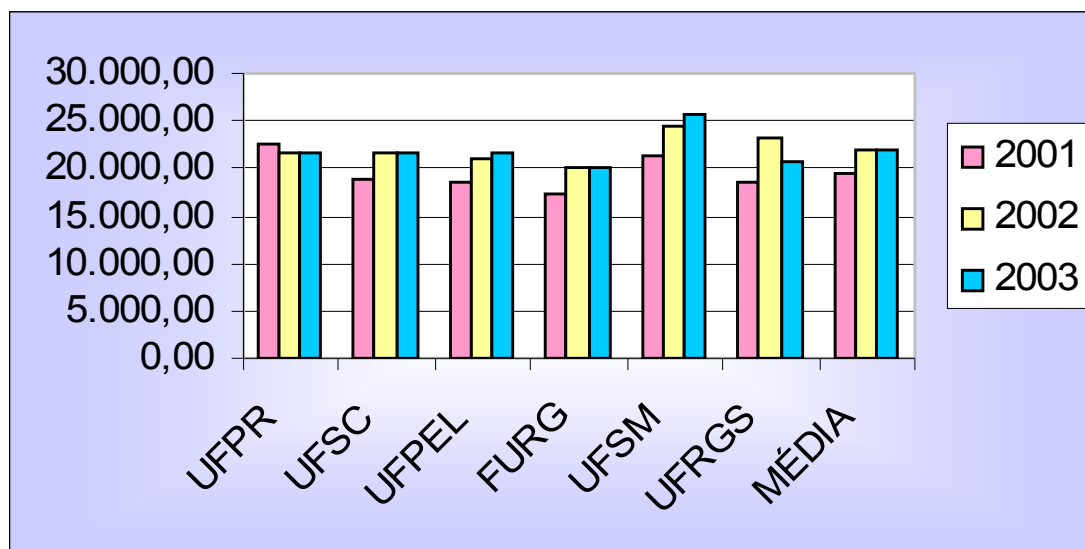


Gráfico 2 – Gastos Públicos por Aluno Matriculado – Universidades Federais da Região Sul (R\$)

No Gráfico 2, é feita uma relação entre os gastos públicos e o número de alunos matriculados, nota-se que grande parte das Universidades Federais da Região Sul em 2002 aumentaram seus gastos por aluno matriculado. Provavelmente, esse crescimento em 2002, deve-se ao fato que os gastos aumentaram em 2002 e o número de matrículas manteve-se estável. Em 2003 somente apresentaram aumento a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Santa Maria. Observa-se que a UFSM mantém o maior custo por aluno matriculado em 2002 e 2003 e acima da média em relação aos três períodos pesquisados.

Constata-se que em 2003, o custo médio por aluno matriculado, entre as universidades pesquisadas, foi de R\$ 21.900,06, representado um acréscimo de 12,3% em relação a 2001. A Universidade Federal de Santa Maria que apresenta o maior custo por aluno matriculado teve um gasto de R\$ 25.807,71 e a Fundação Universidade Federal do Rio Grande que tem o menor custo atingiu a R\$ 20.090,37.

O relatório de gestão de 2002 da Universidade Federal de Santa Maria informa que “em 2002, novas obras foram concluídas, iniciadas ou em processo de contratação, reequipamentos de laboratórios, novos laboratórios, reformas de espaços físicos, melhorias de instalações foram executadas”. Além disso, a execução orçamentária apresentou em 2002 com relação a 2001, um comportamento crescente, com especial destaque ao item manutenção. Houve

um acréscimo nos gastos com o pessoal inativo, isso se deve ao aumento de aposentadorias concedidas, aumento nominal de 19,70%. Assim, justificando o crescimento dos custos da universidade no período estudado, visto que a maior variação em seus gastos ocorreram entre 2001 e 2002, representando um aumento de 15,5%.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa ficou constatado que o crescimento nos gastos públicos não é proporcional ao aumento no número de alunos matriculados na graduação, isso se deve a uma série de fatores, dos quais se pode destacar:

- que os gastos públicos são compostos pela soma das Despesas Correntes e as Despesas de Capital, assim, conforme define Araújo & Arruda (2006), as despesas correntes são os gastos de natureza operacional, que se preocupam com o funcionamento dos órgãos governamentais, incluindo aquisição de material para diversos setores, despesas com reparos, salários, gratificações, refeições, transporte, etc. Dessa forma, dependendo da estrutura da Universidade os gastos podem crescer, mesmo não aumentando o número de alunos na graduação, por exemplo, o salário dos servidores aumenta em função do seu tempo de serviço, ou através de negociação com o governo federal, independente do número de alunos.

- os gastos realizados para a manutenção da pesquisa, da extensão e da pós-graduação, assim como a expansão de qualquer dessas atividades deverá gerar aumento nos gastos, também sem relacionar-se com o número de alunos da graduação.

- os gastos realizados ao aumento da infra-estrutura, através da construção de novos laboratórios e compra de equipamentos acontecem em função da disponibilidade orçamentária, também não tendo uma relação direta com a variação no número de alunos.

Com a análise realizada nesse trabalho pode-se concluir que a variação no número de alunos matriculados não interfere de forma proporcional no custo da Universidade, mas como o principal gasto das Universidades, é o relacionado com a manutenção da graduação, conforme explicito no Relatório de Gestão de 2002 da Fundação Universidade Federal do Rio Grande em que

59,5% dos gastos são empregados no funcionamento da graduação, pode-se perceber que não existe uma relação direta ao número de alunos, mas em função da manutenção de toda a graduação, essa relação passa a ser indireta, pois os efeitos de um aumento ou redução expressiva no número de alunos proporciona alteração nos custos, mas em proporções bem menores. Sendo assim é razoável afirmar que aproximadamente R\$ 21.000,00, em média, foi a relação custo por aluno matriculado nas Universidades Federais da Região Sul no período de 2001 a 2003. Partindo da informação que indica que aproximadamente 60% dos custos das Universidades são diretamente relacionados ao funcionamento da graduação pode-se concluir que um aluno da graduação custa, no mínimo, R\$ 12.600,00, para cada instituição.

#### REFERÊNCIAS:

ALOE, Armando. *Contabilidade Pública*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1979.

ANGÉLICO, João. *Contabilidade Pública*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. *Contabilidade Pública: da Teoria à Prática*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Balanço Geral da União. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br>> Acesso em 20 jul 2006.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 30 jun 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0200.htm>> Acesso em 25 ago 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração nos Novos Tempos* - 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza; KUHNEN, Volney José; KESTRING, Silvestre. *A Reunião dos Saberes: uma experiência de ensino no curso de administração*. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 63-73, 2003.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 6. ed. revista, atualizada e aumentada. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública – Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. *Balanços Públicos: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de Pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

REZENDE, Fernando Antônio. *Finanças Públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SIMÃO, Valdecir Antonio. *Gestão Universitária Da Universidade Pública Frente a Lei de Responsabilidade Fiscal: Um Estudo Exploratório*. Florianópolis: NUPEAU/UFSC – IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2004.

TAVARES FILHO, João Pedro; BERNARDES, José Francisco. *Desafios das Universidades Empreendedoras: Universidade Tradicional x Universidade Corporativa*. Florianópolis: NUPEAU/UFSC – IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Relatório de gestão 2002*. Santa Maria: UFSM, 2002 < [http://coralx.ufsm.br/\\_pdf/prcontas/ppc\\_2002.pdf](http://coralx.ufsm.br/_pdf/prcontas/ppc_2002.pdf) >. Acesso em: 30 outubro 2006.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão 2002*. Rio Grande: FURG, 2002 < [http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio\\_gestao\\_2002.html](http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio_gestao_2002.html) >. Acesso em: 06 agosto 2006.